



Figura 6 – Desmate em áreas de floresta para uso como pasto para gado. Município de Apiacás – MT, 2007.



Figura 5 – Solo exposto à erosão em áreas desmatadas próximas a Área de Preservação Permanente (APP) e destinado à pecuária. Município de Colíder – MT, 2007.



Figura 8 – Uso do fogo para limpeza de pastos. Município de Alta Floresta – MT, 2006.

2.3 - A dinâmica do desmatamento e a das atividades econômicas relacionadas ao setor madeireiro na região norte de Mato Grosso

A maior parte dos 16 municípios localizados na região norte de Mato Grosso ainda apresentaram grandes extensões de áreas com cobertura vegetal com potencial para exploração madeireira. Doze municípios (56,25%) apresentam ainda mais de 50% de cobertura florestal remanescente em seu território passível de uso já que em quase sua totalidade essas áreas não se encontram inseridas em Unidades de Conservação (Tabela 2).

Tabela 2 – Cobertura florestal remanescente nos municípios da região norte de Mato Grosso em 2005

Município	Área do Município (km ²) ¹	CFO (km ²) ²	CFR (km ²) ³	CFR Fora de UCs (km ²) ⁴	CFR /CFO (%)	CFR/UCs (%)
Alta Floresta	8.949	8.689	4.461	4.360	51,3%	97,7%
Apiacás	20.440	19.703	17.995	4.341	91,3%	24,1%
Carlinda	2.417	2.379	857	857	36,0%	100,0%
Colíder	3.101	3.091	787	787	25,5%	100,0%
Guarantã do Norte	4.745	4.716	2.830	2.281	60,0%	80,6%
Marcelândia	12.305	12.141	9.539	8.225	78,6%	86,2%
Matupá	5.270	5.256	3.768	2.999	71,7%	79,6%
Nova Bandeirantes	9.609	9.370	6.969	6.383	74,4%	91,6%
Nova Canaã do Norte	5.955	5.404	2.872	2.871	53,1%	100,0%

Nova Guarita	1.123	1.114	302	302	27,1%	100,0%
Nova Monte Verde	5.134	5.124	3.054	3.054	59,6%	100,0%
Nova Santa Helena	2.323	2.322	1.216	1.216	52,4%	100,0%
Novo Mundo	5.803	4.859	2.808	2.120	57,8%	75,5%
Paranaíta	4.800	4.698	2.975	2.975	63,3%	100,0%
Peixoto de Azevedo	14.263	12.485	9.991	5.340	80,0%	53,4%
Terra Nova do Norte	2.692	2.690	859	859	31,9%	100,0%
Área Total	108.929	104.041	71.283	48.970	-	-
Área Total no estado MT	904.987	567.605	380.781	270.048	-	-
Area Total/ Area Total MT	12,0%	18,3%	18,7%	18,1%	-	-

Legenda: CFO (Cobertura Florestal Original); CFR (Cobertura Florestal Remanescente); UCs (Unidades de Conservação).
Fonte: Dados em 1, 2, 3 e 4 ICV, 2006

Isto representa uma oportunidade de desenvolvimento importante, sobretudo para os municípios como Apicás, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Matupá, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta e Peixoto de Azevedo que ainda possuem 68.478 Km² de área com cobertura florestal remanescente. Nestas áreas ainda podem ser estimuladas a prática do manejo florestal sustentável e políticas para instalação de novas Unidades de Conservação visando a conservação e a preservação desses remanescentes.

Também foi verificado que os municípios de Carlinda, Colíder, Nova Guarita e Terra Nova do Norte apresentaram pequena cobertura florestal remanescente, onde as áreas remanescentes desses municípios representam apenas 2.805 km². Nesses municípios foi verificado que são prioritárias ações para o uso sustentável desses remanescentes, além da formulação de políticas para implantação de Unidades de Conservação como verificado no município de Apicás, que possui duas Unidades de Conservação, uma pertencente ao Governo Federal (Parque Nacional do Juruena) e outra ao Governo Estadual (Estação Ecológica de Apicás) e que também possui a Reserva Indígena Kayabi. Os municípios de Alta Floresta e de Novo Mundo também compartilham uma Unidade de Conservação estadual, o Parque Estadual do Cristalino, onde apesar dos problemas fundiários é uma Unidade de Conservação que abriga grande biodiversidade sendo uma área de grande importância para as atividades de preservação.

A relação entre a cobertura florestal remanescente e a cobertura original mostrou que os municípios de Alta Floresta, Apicás, Marcelândia, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta e Peixoto de Azevedo apresentaram cobertura florestal acima de 50%. Os municípios de Apicás, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes e Peixoto de Azevedo são os municípios que mais apresentaram floresta remanescente. Os municípios de Carlinda, Colíder, Nova Guarita e Terra Nova do Norte foram os que apresentaram as menores porcentagens de cobertura vegetal (abaixo de 50%).

O município de Apicás foi o que apresentou maior parte da cobertura florestal dentro de Unidades de Conservação. O município de Novo Mundo, devido o Parque Estadual do Cristalino apresenta 75% da cobertura Florestal em áreas protegidas. Os municípios de Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Paranaíta e Terra Nova do Norte apresentaram a maior parte da cobertura vegetal fora de áreas protegidas, sendo prioritárias ações que visem a criação de Unidades de Conservação nessas áreas e estímulo a prática de manejo florestal sustentável nesses remanescentes.

Contudo, apesar das significativas extensões de florestas remanescentes ainda encontradas nesta região, sua exploração indiscriminada coloca em risco a perenidade dessas áreas. Em todos os municípios estudados foram observados que as taxas de desmatamento foram sempre superiores ao desmate autorizado pelo órgão ambiental no período de 2000 a 2005. (Tabelas 2, 3, 4 e 5).

Os municípios que apresentaram porcentagem de área efetivamente autorizada em 2003 foram os municípios de Nova Bandeirantes com 35,57% autorizado (14.508,99ha), Matupá com 21,74% autorizado (3.883,10ha), Marcelândia com 11,29% autorizado (3.526,48ha) e Nova Santa Helena com 10,27% (941,47ha). Em 2004 os municípios que apresentaram maior porcentagem de área efetivamente autorizada foram Nova Santa Helena com 63,41% (8.540,51ha), Nova Guarita com 57,40% (2.594,99ha), Paranaíta com 36,56% (12.458,66ha), Nova Monte Verde com 32,89% (5.760,07ha), Matupá com 17, 23% (1.765,89ha), Alta Floresta com 16,96% (5.278,78ha), Apicás com 11,62% (2.683,01ha) e Marcelândia com 10,62% (2.238,59ha). No ano de 2005 o município que apresentou maior porcentagem de área efetivamente autorizada foi o município de Marcelândia com 13,64% (3.812,74ha) (Tabelas 2, 3, 4 e 5).

Tabela 2 – Desmate em hectares autorizado e não autorizado por município de 2000 a 2002

Município	2000/2001	2002	2001/2002
	Não-Autorizado (ha)	Não-Autorizado (ha)	Autorizado (ha)
Alta Floresta	22.668,90	15.017,86	447,13
Apicás	9.987,70	19.248,02	1.041,19
Carlinda	5.113,43	2.022,36	0
Colíder	1.161,90	1.856,23	0
Guarantã do Norte	9.970,68	4.496,14	931,79
Marcelândia	7.621,29	10.393,27	0
Matupá	8.174,45	5.325,67	6.350,31
Nova Bandeirantes	9.164,65	13.689,34	0
Nova Canaã do Norte	8.529,39	7.960,40	2.436,30
Nova Guarita	1.826,44	1.444,17	0
Nova Monte Verde	18.524,19	9.625,50	1.515,56

Nova Santa Helena	2.036,27	6.475,10	630,29
Novo Mundo	16.185,32	14.723,14	0
Paranaíta	28.592,23	8.616,60	0
Peixoto de Azevedo	16.448,96	8.092,32	6.093,45
Terra Nova do Norte	4.607,43	2.467,66	0
Total	170.613,23	131.453,78	19.446,02

Fonte: Modificado de SEMA-MT, 2007.

Tabela 3 – Desmate em hectares autorizado e não autorizado por município em 2003

Município	2003			
	Desmate Total (ha)	Não-Autorizado (ha)	Autorizado (ha)	% Autorizado
Alta Floresta	17.214,35	16.735,58	478,77	2,78
Apiacás	32.811,16	32.811,16	0	0,00
Carlinda	2.725,44	2.725,44	0	0,00
Colíder	5.047,42	5.047,42	0	0,00
Guarantã do Norte	12.390,96	12.390,96	0	0,00
Marcelândia	31.230,23	27.703,75	3.526,48	11,29
Matupá	17.859,89	13.976,79	3.883,10	21,74
Nova Bandeirantes	40.794,68	26.285,69	14.508,99	35,57
Nova Canaã do Norte	23.462,09	23.462,09	0	0,00
Nova Guarita	3.294,09	3.294,09	0	0,00
Nova Monte Verde	20.704,62	20.704,62	0	0,00
Nova Santa Helena	9.300,46	8.358,99	941,47	10,12
Novo Mundo	26.620,08	26.620,08	0	0,00
Paranaíta	14.930,83	13.584,28	1.346,55	9,02
Peixoto de Azevedo	25.360,61	23.403,63	1.956,98	7,72
Terra Nova do Norte	9.671,47	9.671,47	0	0,00
Total	293.418,38	266.776,04	26.642,34	9,08

Fonte: Modificado de SEMA-MT, 2007.

Tabela 4 – Desmate em hectares autorizado e não autorizado por município em 2004

Município	2004			
	Desmate Total (ha)	Não-Autorizado (ha)	Autorizado (ha)	% Autorizado
Alta Floresta	31125,82	25.847,04	5.278,78	16,96
Apiacás	23089,59	20.406,58	2.683,01	11,62
Carlinda	5381,95	5.174,10	207,85	3,86
Colíder	1922,50	1.922,50	0	0,00
Guarantã do Norte	9565,00	9.134,90	430,1	4,50
Marcelândia	21079,81	18.841,22	2.238,59	10,62
Matupá	10249,96	8.484,07	1.765,89	17,23
Nova Bandeirantes	36741,32	35.961,97	779,35	2,12
Nova Canaã do Norte	11967,60	11.919,65	47,95	0,40
Nova Guarita	4520,94	1.925,95	2.594,99	57,40
Nova Monte Verde	17511,81	11.751,74	5.760,07	32,89
Nova Santa Helena	13469,15	4.928,64	8.540,51	63,41
Novo Mundo	18299,37	18.299,37	0	0,00
Paranaíta	34076,18	21.617,52	12.458,66	36,56
Peixoto de Azevedo	14721,56	14.036,96	684,6	4,65
Terra Nova do Norte	4488,26	4.488,26	0	0,00
Total	258.210,82	214.740,47	43.470,35	16,84

Fonte: Modificado de SEMA-MT, 2007.

Tabela 5 – Desmate em hectares autorizado e não autorizado por município em 2005

Município	2005			
	Desmate Total (ha)	Não-Autorizado (ha)	Autorizado (ha)	% Autorizado
Alta Floresta	24058,35	23.513,98	544,37	2,26
Apiacás	17696,33	16.593,10	1.103,23	6,23
Carlinda	3882,92	3.815,16	67,76	1,75
Colíder	3652,28	3.652,28	0	0,00
Guarantã do Norte	8304,84	8.304,84	0	0,00
Marcelândia	27949,57	24.136,83	3.812,74	13,64
Matupá	14635,19	14.635,19	0	0,00
Nova Bandeirantes	29417,31	29.328,62	88,69	0,30
Nova Canaã do Norte	16600,60	15.526,55	1.074,05	6,47

Nova Guarita	3155,71	3.155,71	0	0,00
Nova Monte Verde	7873,55	7.692,05	181,5	2,31
Nova Santa Helena	4383,79	4.383,79	0	0,00
Novo Mundo	12912,00	12.912,00	0	0,00
Paranaíta	15912,43	15.433,16	479,27	3,01
Peixoto de Azevedo	32324,52	31.169,95	1.154,57	3,57
Terra Nova do Norte	8230,97	8.230,97	0	0,00
Total	230.990,36	222.484,18	8.506,18	3,68

Fonte: Modificado de SEMA-MT, 2007.

Em todos os anos analisados, sem exceção, houve desmate não-autorizado em todos os municípios. Mesmo para aqueles municípios que tiveram autorização para desmate, a extensão de desmate ilegal foi sempre muito superior aquela autorizada. No total, em 2003 apenas 9,08% do desmatamento realizado foi autorizado enquanto em 2004 e 2005, respectivamente, essa taxa foi e 16,84% e 3,68%.

Esses resultados mostraram que o ano de 2004 foi o ano que mais área foi liberada para desmate pelo órgão ambiental do estado de Mato Grosso, totalizando 43.470,35ha e, portanto, isso explica a maior taxa de desmate autorizado em todos os anos estudados. Contudo, uma tendência de aumento não se consolidou no ano seguinte o que fez a taxa de desmate autorizado despencar. Foi observada uma tendência de crescimento na liberação de áreas para desmate pelo órgão ambiental entre o período de 2001 a 2004 e uma queda no ano de 2005 com área correspondente a 8.506,18 hectares de área liberada.

Estes resultados indicam que são necessárias medidas para ampliar as áreas autorizadas para desmate pelo órgão ambiental dentro do que é previsto pela Lei 4771/65, como medida de controle do desmate ilegal nos municípios pesquisados.

Para o Governo Federal, através do PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (2004), a grande maioria dos desmatamentos realizados na Amazônia tem ocorrido sem autorização pelos órgãos competentes. Por exemplo, a área total com autorizações emitidas pelo IBAMA corresponde a apenas 14,2% e 8,7% do total desmatado na Amazônia Legal em 1999 e 2000, respectivamente. Uma parte considerável do desmatamento em propriedades privadas tem ocorrido em áreas de Reserva Legal, matas ciliares (ao longo de rios e igarapés) e nas encostas de morros e serras, áreas legalmente protegidas pelo Código Florestal. O desmatamento associado à grilagem de terras públicas é uma das principais causas do desmatamento, onde no quadro fundiário dessa região, 24% do território são reclamados como área privada; 29% são áreas legalmente protegidas, incluindo as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, e 47% são terras públicas e/ou devolutas sobre as quais a supervisão do poder público é ainda incipiente. Segundo VIEIRA et al. (2005), a perda de biodiversidade é a principal consequência do desmatamento na Amazônia, sendo irreversível a recuperação dessa biodiversidade. Para os autores sempre é possível evitar a erosão dos solos e recuperar corpos d'água e ciclagem de nutrientes utilizando sistemas ecológicos simplificados, mas é impossível trazer de volta espécies extintas.

Apesar do desmatamento, alguns municípios apresentaram declínio nas taxas de desmatamento não autorizado nesse período. São eles: Alta Floresta, Apiacás, Guarantã do Norte, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena e Novo Mundo.

O declínio nas taxas de desmatamento não autorizado nos municípios de Apicás, Guarantã do Norte, Nova Bandeirantes e Nova Monte Verde pode ser explicado através de dois motivos: o primeiro seria pelo número significativo de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis aprovados em relação a outros municípios, o que pode ter favorecido a diminuição da extração ilegal de madeira e posterior conversão dessas áreas para outros usos, o segundo motivo seria pela presença da fiscalização dos órgãos ambientais nesses municípios, onde a emissão de infrações por crimes ambientais foi alta, como discutiremos mais adiante, sendo observado como um instrumento que tem eficiência na contenção da pressão ocasionada pelo desmatamento e que pode contribuir no controle dos níveis de exploração nestes municípios. (Figuras 9 e 10).

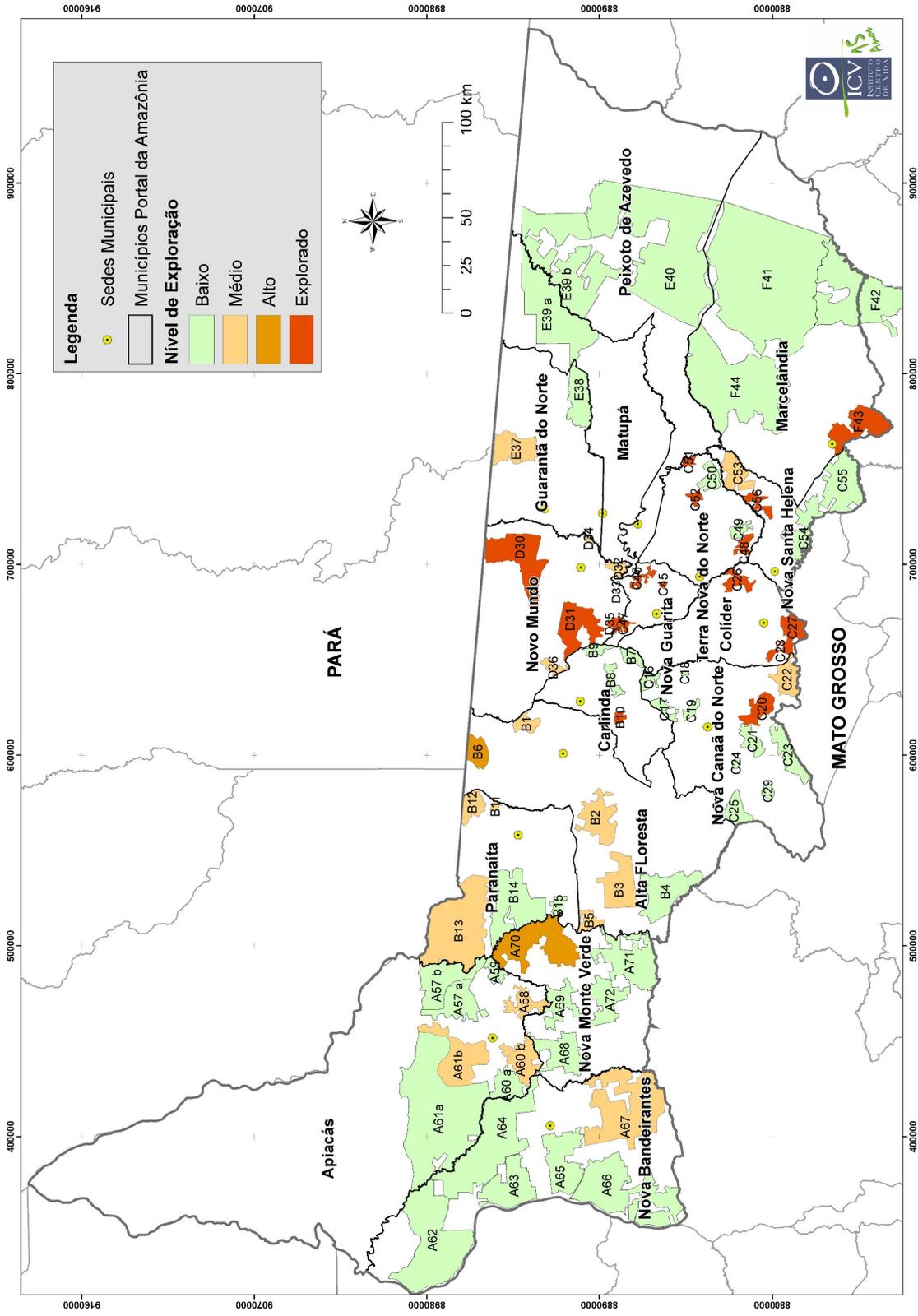


Figura 10 – Nível de exploração nos municípios do Portal da Amazônia (Fonte: ICV, 2007).

Para o Governo Federal através do PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (2004), a abertura de estradas clandestinas por madeireiros em lugares isolados da Amazônia tem facilitado a entrada de grileiros e posseiros, que praticam derrubadas para estabelecer a posse da terra. Em muitos casos, a exploração madeireira é realizada de forma intensiva sem práticas de manejo florestal, gerando um expressivo aumento de biomassa seca que torna a floresta altamente vulnerável à invasão do fogo, oriundo de pastagens e roçados em áreas vizinhas. Também foi verificado que a exploração madeireira não-sustentável chega até 90% de toda madeira extraída da floresta Amazônica. Uma parte considerável da madeira com valor econômico, oriunda de áreas de roçados (especialmente em locais isolados de expansão da fronteira) tem sido desperdiçada nas queimadas.

Apesar da limitação dos dados obtidos para a pesquisa nos anos de 2000 a 2002, não decompostos pelos órgãos oficiais, foi verificada uma tendência geral de redução na taxa de variação anual do desmatamento nos 16 municípios estudados entre os anos de 2003 e 2005 (Tabela 6). Foi realizado o cálculo da média dos dados de desmatamento autorizado e não autorizado dos anos de 2000, 2001 e 2002 para que pudesse ser calculada a taxa de variação de desmatamento nos anos de 2003, 2004 e 2005.

Os municípios que apresentaram tendência crescente nas taxas de variação anual de desmatamento no período de 2003 a 2005 foram Colíder, Marcelândia, Matupá, Nova Canaã do Norte, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte. Os municípios que apresentaram declínio na taxa de desmatamento anual para este período foram: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Guarantã do Norte, Nova Bandeirantes, Nova Guarita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo e Paranaíta.

Tabela 6 – Variação na taxa anual de desmatamento na região norte de Mato Grosso

Município/Ano	Total 2000/2001/ 2002 (ha)	Média 2000/2001/ 2002 (ha)	2003 (ha)	2004 (ha)	2005 (ha)
Alta Floresta	38.133,89	12.711,30	17.214,35	31.125,82	24.058,35
<i>Taxa de variação</i>	-	-	35,4%	80,8%	-22,7%
Apiacás	30.276,91	10.092,30	32.811,16	23.089,59	17.696,33
<i>Taxa de variação</i>	-	-	225,1%	-29,6%	-23,4%
Carlinda	7.135,79	2.378,60	2.725,44	5.381,95	3.882,92
<i>Taxa de variação</i>	-	-	14,6%	97,5%	-27,9%
Colíder	3.018,13	1.006,04	5.047,42	1.922,50	3.652,28
<i>Taxa de variação</i>	-	-	401,7%	-61,9%	90,0%
Guarantã do Norte	15.398,61	5.132,87	12.390,96	9.565,00	8.304,84
<i>Taxa de variação</i>	-	-	141,4%	-22,8%	-13,2%
Marcelândia	18.014,56	6.004,85	31.230,23	21.079,81	27.949,57
<i>Taxa de variação</i>	-	-	420,1%	-32,5%	32,6%
Matupá	19.850,43	6.616,81	17.859,89	10.249,96	14.635,19
<i>Taxa de variação</i>	-	-	169,9%	-42,6%	42,8%

Nova Bandeirantes	22.853,99	7.618,00	40.794,68	36.741,32	29.417,31
<i>Taxa de variação</i>	-	-	435,5%	-9,9%	-19,9%
Nova Canaã do Norte	18.926,09	6.308,70	23.462,09	11.967,60	16.600,60
<i>Taxa de variação</i>	-	-	271,9%	-49,0%	38,7%
Nova Guarita	3.270,61	1.090,20	3.294,09	4.520,94	3.155,71
<i>Taxa de variação</i>	-	-	202,2%	37,2%	-30,2%
Nova Monte Verde	29.665,25	9.888,42	20.704,62	17.511,81	7.873,55
<i>Taxa de variação</i>	-	-	109,4%	-15,4%	-55,0%
Nova Santa Helena	9.141,66	3.047,22	9.300,46	13.469,15	4.383,79
<i>Taxa de variação</i>	-	-	205,2%	44,8%	-67,5%
Novo Mundo	30.908,46	10.302,82	26.620,08	18.299,37	12.912,00
<i>Taxa de variação</i>	-	-	158,4%	-31,3%	-29,4%
Paranaíta	37.208,83	12.402,94	14.930,83	34.076,18	15.912,43
<i>Taxa de variação</i>	-	-	20,4%	128,2%	-53,3%
Peixoto de Azevedo	30.634,73	10.211,58	25.360,61	14.721,56	32.324,52
<i>Taxa de variação</i>	-	-	148,4%	-42,0%	119,6%
Terra Nova do Norte	7.075,09	2.358,36	9.671,47	4.488,26	8.230,97
<i>Taxa de variação</i>	-	-	310,1%	-53,6%	83,4%
total	321.513,03	107.171,01	293.418,38	258.210,82	230.990,36
Taxa de variação	-	-	173,8%	-12,0%	-10,5%

Fonte: Modificado de SEMA-MT, 2007.

A abertura de novas áreas na Amazônia Legal, segundo a Lei 4771 de 1965 é permitida desde feita em 20% de cada propriedade. O percentual restante é conhecido como Reserva Legal. A autorização para ser feito o desmate é dada pelo órgão ambiental. A madeira existente nessas áreas é aproveitada para abastecimento do mercado madeireiro e essas áreas são destinadas para agricultura ou para pecuária.

NETTO (2000), observou tendências crescentes no desmatamento para os municípios também pertencentes ao interior de Mato Grosso no período de 1992 a 1997 para os municípios de Sinop, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Vera. Em todos foram apresentados índices preocupantes de desmatamento sempre motivados pelo crescimento populacional e pelo crescimento econômico desses municípios.

Foi observado ainda, segundo dados do IBAMA e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso, que os Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados pelos órgãos ambientais estão crescendo no decorrer dos anos frente à dinâmica do desmatamento. No ano de 2006 foi o ano em que foi observado as menores taxas de desmatamento nos municípios pesquisados em relação aos anos anteriores e conseqüentemente maior quantidade de Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados, comprovando que a

medida que se formula alternativas econômicas que estejam aliadas com a manutenção da cobertura florestal em atividades sustentáveis é verificada a redução na taxa de desmatamento. Apesar do crescimento em número de Planos de Manejo Florestal Sustentável foi verificado um decréscimo na área liberada para manejo florestal nos anos de 2005 e 2006 (Tabela 7).

Tabela 7 – Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados na região norte de Mato Grosso de 2001 a 2006

Plano de Manejo Florestal	Desmatamento nos Municípios (ha)	Área Liberada para Manejo Florestal (ha)	Quantidade de Planos de Manejo Aptos
2001	-	3.114,9	4
2002	131.453,8	19.860,0	2
2003	266.776,0	20.610,0	2
2004	214.740,5	22.490,0	11
2005	222.484,2	7.703,5	8
2006 (*)	109.497,0	6.801,5	15
Total	944.951,5	80.579,9	42

(*) Fonte: DETER/IBAMA, 2007.

Fonte: Modificado de IBAMA, 2007; SEMA-MT, 2007.

Foi verificado ainda, segundo dados do IBAMA e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso, que os municípios de Apiacás, Marcelândia, Nova Bandeirantes e Nova Monte Verde apresentaram os maiores números de Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados no período de 2001 a 2006, sendo que o município de Marcelândia foi o município que apresentou maior quantidade de Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados entre municípios pesquisados com 16 Planos de Manejo Florestal Sustentável, constituindo assim um município de grande importância nas atividades de extração de madeira através de práticas sustentáveis (Tabela 8).

Tabela 8 – Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados na região norte de Mato Grosso por município no período de 2001 a 2006

Município	Quantidade
Alta Floresta	1
Apiacás	5
Carlinda	1
Colíder	0
Guarantã do Norte	3
Marcelândia	16
Matupá	0
Nova Bandeirantes	5

Nova Canaã do Norte	0
Nova Guarita	0
Nova Monte Verde	7
Nova Santa Helena	0
Novo Mundo	0
Paranaíta	1
Peixoto de Azevedo	3
Terra Nova do Norte	0
Total	42

Fonte: IBAMA, 2007; SEMA-MT, 2007.

Para EMBRAPA (2000), através de um estudo sobre as restrições e oportunidades do manejo florestal nos estados do Pará e Mato Grosso, verificou que os detentores de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) percebem que o maior benefício dessa atividade está na manutenção da floresta em pé. A lentidão da aprovação dos Planos de Manejo pelos órgãos ambientais é um dos grandes entraves percebidos na pesquisa. Para SILVA (1996), as tentativas para desenvolver o setor florestal de forma planejada não obtiveram o efeito desejado ao longo os planos nacionais e regionais de desenvolvimento, onde o crescimento do setor florestal ocorreu a reboque das atividades de agricultura, pecuária, priorizada pelos sucessivos planos que foram empreendidos na região, como por exemplo, a abertura de rodovias e os planos de colonização.

Esses resultados evidenciam que os Planos de Manejo Florestal sustentável são viáveis como alternativa econômica para os municípios pesquisados e também são importantes para redução das taxas de desmatamento.

Através da análise dos resultados das tabelas 9 e 10 foi verificado que o município de Marcelândia é o município com o maior pólo madeireiro entre os municípios analisados. Esses dados confirmaram que Marcelândia é um município que possui grande potencial madeireiro e apresenta o maior número de Planos de Manejo Florestal Sustentável. Os resultados também evidenciaram que este município é o que mais depende da exploração madeireira para geração de empregos.

Segundo o ICV (2006), a indústria madeireira de Mato Grosso gerou em 2004 aproximadamente 109 mil empregos, dos quais 36 mil empregos diretos (processamento e exploração florestal) e 73,5 mil empregos indiretos. Esses empregos representam aproximadamente 6% da população economicamente ativa de Mato Grosso.

Em análise realizada nos dados referentes aos Planos de Manejo Florestal Sustentável da Tabela 8 com dados referentes aos municípios considerados como pólos madeireiros das Tabelas 9 e 10, foi verificado que os municípios de Matupá, Alta Floresta e Paranaíta não apresentaram grande quantidade de Planos de Manejo Florestal Sustentável em relação a outros municípios analisados, mas se mostraram como municípios que exercem grande importância como pólos madeireiros em relação aos outros municípios pesquisados.

Os municípios de Apicás, Guarantã do Norte e Nova Bandeirantes se apresentaram como municípios que possuem grande quantidade de empresas madeireiras e também se apresentaram como municípios que possuem maior quantidade de Planos de Manejo Florestal Sustentável em relação aos outros municípios pesquisados, o que pode estar

favorecendo o abastecimento de matéria-prima nas empresas desses municípios. O município de Nova Monte Verde apesar de ter apresentado quantidade relevante de Planos de Manejo Florestal Sustentável em relação aos outros municípios analisados, não se apresentou como um pólo madeireiro grande frente a outros municípios. Este dado pode estar caracterizando que este município seja fornecedor de madeira para outros municípios que possuem poucos Planos de Manejo Florestal Sustentável em seus municípios e se apresentam como grandes pólos madeireiros (Tabelas 9 e 10).

Foi também verificado que os municípios considerados como pólos madeireiros na Tabela 9 se modificaram até o ano de 2007 em relação a quantidade de empresas, quando comparados com dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (Tabela 10). Os municípios de Marcelândia, Alta Floresta, Apicás, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta apresentaram crescimento na quantidade de empreendimentos madeireiros, acarretando em aumento de geração de empregos diretos e indiretos e conseqüente aumento no consumo de madeira para abastecimento destas empresas. Os municípios de Guarantã do Norte e Matupá apresentaram decréscimo na quantidade de empreendimentos madeireiros. O município de Peixoto de Azevedo que em 2004 não aparecia como um pólo madeireiro apresentou no ano de 2007 16 empreendimentos madeireiros. Também foi verificado que o município de Peixoto de Azevedo foi o que apresentou a maior taxa de desmatamento no ano de 2005, conforme a Tabela 6.

Tabela 9 – Pólos madeireiros no território do Portal da Amazônia em 2004

Pólo Madeireiro	Quantidade de Empresas	Consumo Anual de Toras (mil m³)	Produção Processada	Empregos Gerados (Diretos e Indiretos)	Renda Bruta (US\$ Milhões)
Marcelândia	60	550	214,6	5.897	33,2
Alta Floresta	34	310	138,5	4.952	24,2
Apicás	22	220	99,1	3.448	18,7
Guarantã do Norte	44	270	131	4.536	21,9
Matupá	23	130	60,8	2.589	11,6
Nova Bandeirantes	21	160	63,8	1.706	11,4
Nova Monte Verde	14	100	42,7	1.400	7,6
Paranaíta	18	180	73,2	1.923	11,7
Total	236	1920.000	823,7	26.451	140,3

Fonte: Lentini et al., 2005.

Tabela 10 – Quantidade de empreendimentos madeireiros na região norte de Mato Grosso em 2007

Município	Número de Empreendimentos Madeireiros
Alta Floresta	52
Apiacás	31
Carlinda	06
Colíder	07
Guarantã do Norte	27
Marcelândia	99
Matupá	19
Nova Bandeirantes	39
Nova Canaã do Norte	07
Nova Guarita	01
Nova Monte Verde	19
Nova Santa Helena	05
Novo Mundo	05
Paranaíta	32
Peixoto de Azevedo	16
Terra Nova do Norte	06
Total	371

Fonte: SEMA-MT, 2007.

Segundo ARMELIN (2002), o Brasil é o maior consumidor de madeira tropical do mundo com 34 milhões de metros cúbicos de madeira (principalmente em São Paulo). Segundo o autor, para efeito de comparação, as regiões sul e sudeste somente ficam atrás do Japão em consumo.

Para BARBOSA et al (2001), o setor produtivo de madeira e derivados na Amazônia, de forma geral, enfrenta enormes dificuldades para tornar seus produtos competitivos no mercado, que está cada vez mais globalizado. As dificuldades de expansão de produção vão desde parque tecnológico defasado, seletividade de espécies florestais, mão-de-obra desqualificada e empresas em sua maioria descapitalizadas, onde a forma de exploração madeireira na região Amazônica ainda é rudimentar, com algumas exceções relativas a indústrias que vêm utilizando o manejo florestal em seus projetos. Para FEARNSSIDE (1989), a crescente frequência das iniciativas de pesquisas voltadas ao desenvolvimento de sistemas sustentados para manejar a floresta Amazônica é animadora. Ainda assim, as verbas alocadas à pesquisa nesta área são mínimas frente a importância do recurso em jogo.

A atuação dos órgãos de fiscalização ambiental tem grande importância para controle do avanço do desmatamento e a conseqüente venda da madeira dessas áreas de forma ilegal. O controle preventivo através da educação ambiental é necessário para compreensão e cumprimento da legislação ambiental. Outra ferramenta de controle é a emissão de autos de infração como medida punitiva de alguma ação lesiva ao meio ambiente (Figuras 12 e 13).



Figura 12 – Ação dos órgãos ambientais no combate ao desmatamento. Município de Apicás – MT, 2006.



Figura 13 – Fiscalização do transporte de madeira. Município de Nova Bandeirantes – MT, 2006.

Foi verificado, segundo dados do IBAMA, que no período entre 2002 a 2006 o município de Guarantã do Norte e Alta Floresta foram os que mais receberam autos de infração do IBAMA por crimes ambientais em atendimento a Lei 9605 de 1998 e o Decreto 3179 de 1999. Também os municípios de Paranaíta, Marcelândia, Matupá, Apicás, Novo Mundo, Nova Bandeirantes e Carlinda receberam quantidades relevantes de autos de infração durante esse período. Os municípios que menos receberam infrações nesse período foram Nova Guarita, Colíder e Nova Santa Helena (Tabela 11).

Tabela 11 – Emissão de autos de infrações entre 2002 a 2006 pelo IBAMA por crimes ambientais contra a flora em municípios da região norte de Mato Grosso.

Município	2002	2003	2004	2005	2006	Total Município
Alta Floresta	25	38	73	96	103	335
Apicás	6	6	14	13	34	73
Carlinda	7	5	7	9	15	43
Colíder	0	3	1	1	5	10
Guarantã do Norte	176	103	62	19	34	394
Marcelândia	26	36	32	23	11	128
Matupá	12	5	40	6	17	80
Nova Bandeirantes	9	9	14	6	12	50
Nova Canaã do Norte	0	2	8	6	9	25
Nova Guarita	1	0	1	0	0	2
Nova Monte Verde	0	1	11	2	23	37
Nova Santa Helena	2	5	1	2	2	12
Novo Mundo	0	18	17	5	14	54
Paranaíta	27	8	49	24	47	155
Peixoto de Azevedo	3	2	7	13	10	35
Terra Nova do Norte	2	1	8	5	4	20
Total	296	242	345	230	340	1453

Fonte: Modificado de IBAMA, 2007.

Foi verificado também que os municípios que mais receberam infrações entre 2002 a 2006 foram os municípios considerados como pólos madeireiros e que conseqüentemente geram empregos diretos e indiretos, como os municípios de Marcelândia, Alta Floresta, Apiacás, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes e Paranaíta. O Município de Nova Monte Verde apresentou quantidade inferior de autos de infração durante esse período em relação a outros municípios considerados como pólos madeireiros. O fato deste município não ser considerado um pólo madeireiro grande em relação aos outros municípios, possuir uma quantidade relevante de Planos de Manejo Florestal Sustentável aprovados e apresentar tendência para redução na taxa de variação de desmatamento pode ter contribuído para redução das infrações. Os municípios de Novo Mundo e de Carlinda, apesar de não serem considerados como pólos madeireiros e não apresentarem grande quantidade de Planos de Manejo Florestal Sustentável receberam quantidades relevantes de autos de infração nesse período, contudo apresentaram tendência para redução do desmate ilegal (não autorizado). Este fato pode ser um indicativo que a atuação dos órgãos ambientais no controle do desmatamento com a emissão de infrações pode ser eficiente para coibir o seu avanço.

3 – CONCLUSÕES

Foi verificado que historicamente não existiu controle na exploração dos recursos naturais na região Amazônica no Brasil. Com o passar do tempo veio crescendo essa preocupação através da instituição de dispositivos de controle como o primeiro código Florestal de 1934. Atualmente a preocupação com a conservação desses recursos é relevante e várias medidas de controle foram criadas como a Lei 4771 de 1965 e suas alterações, a Lei 6938 de 1981, a Lei 9605 de 1998, o Decreto 3179 de 1999 e a Lei 9985 de 2000.

Foi verificado que é necessária a criação de ferramentas de controle da expansão da pecuária nos municípios estudados. Uma das ferramentas criadas é a Licença Ambiental Única (LAU), instituída pela Lei Complementar nº 38 de 1995, que pode servir como uma medida de controle do desmatamento para conversão de áreas de floresta em pasto, sendo necessário a ampliação da exigência da LAU pelo órgão ambiental em todas as propriedades rurais do estado.

Também foi verificado que para todos remanescentes florestais nos municípios pesquisados são necessárias estratégias que possam conciliar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Entre essas estratégias está o estímulo para a prática do manejo florestal sustentável nas áreas de Reserva Legal em cada propriedade.

Com os resultados obtidos foi possível verificar que é necessário aumentar as áreas autorizadas para desmate pelo órgão ambiental do estado frente ao desmatamento que em todos os anos pesquisados se mostrou sempre superior ao autorizado

Também foi verificado que é necessário um acompanhamento por um prazo mais extenso dos dados estudados para os municípios pesquisados com a finalidade de se verificar padrões diferenciados quanto ao crescimento ou decréscimo nas taxas de desmatamento entre esses municípios, já que a limitação dos dados obtidos para pesquisa referentes ao desmatamento autorizado e não autorizado não favoreceu para definir esses padrões devido ao pouco período de anos disponíveis para análise.

Foi verificado que é necessário desenvolver medidas para criação de Unidades de Conservação nesses municípios de diversas categorias, visando a criação de mosaicos de Unidades de Conservação e assim conservar e preservar a floresta remanescente.

Foi constatado que a atuação dos órgãos ambientais é importante no controle do desmatamento e da exploração ilegal de madeira, onde os autos de infração se mostraram eficientes durante o período analisado.

Foi também verificado que os Planos de Manejo Florestal Sustentável são eficazes no suprimento de matéria prima legalizada, principalmente para os municípios considerados como pólos madeireiros, onde eles podem ser caracterizados como uma alternativa para geração de renda nos municípios pesquisados. Desta maneira, pode-se aliar a geração de renda, geração de empregos e também a conservação dos recursos naturais com a manutenção da floresta em pé.

CAPITULO II

OS PLANOS DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO

RESUMO

A crescente demanda por matéria prima extraída da floresta está fazendo cada vez mais se pensar sobre como retirar essa matéria prima, sem que em um curto espaço de tempo esse recurso venha a se esgotar e que também se possa diminuir os impactos ambientais sobre a floresta com ações planejadas para essa extração. O manejo florestal sustentável, através dos PMFS tem a finalidade de promover o uso racional do recurso florestal sem que venha comprometer as gerações futuras com o esgotamento do recurso florestal. Este capítulo tem o objetivo de realizar uma análise dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) nos municípios pertencentes à região conhecida como “Portal da Amazônia” na região norte do estado de Mato Grosso. Para esta análise foi realizado um levantamento de dados com base em uma ampla pesquisa bibliográfica. Os dados referentes aos PMFS foram realizados através de levantamento de dados junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto Centro de Vida, Ministério do Meio Ambiente entre outros órgãos pesquisados. Após a coleta de dados foram feitas a quantificação, análise e cruzamento desses dados para interpretação das informações coletadas. Como resultado foi verificado que entre os anos de 2001 a 2006 o município de Marcelândia foi o que mais aprovou PMFS entre os municípios pesquisados. Foi verificado ainda na região norte de Mato Grosso, uma tendência ao crescimento na liberação de PMFS que se iniciou no ano de 2004 e apresentando maior número em 2006. Apesar do aumento na liberação de PMFS em 2006, foi verificado que nos anos de 2005 e 2006 uma queda na área liberada para manejo e no volume de madeira autorizada. Como conclusão foi verificado que para os municípios pesquisados as atividades de manejo florestal ainda são insuficientes para o atendimento da demanda de matéria prima, onde o potencial madeireiro desses municípios não estão sendo eficientemente explorados através dos PMFS, o que pode estar favorecendo a exploração desse potencial madeireiro através da exploração ilegal de madeira.

Palavras chave: Planos de Manejo Florestal Sustentável, potencial madeireiro, Mato Grosso.

ABSTRACT

The growing demand for raw material extracted from the Forest is making people think about how to remove this raw material, without depleting this resource in a small period and that it can also reduce the environmental impacts over the forest with planned actions for this extraction. The reasonable forestal control, through the PMFS goals to promote the rational use of forestal resource without compromising the future generations with the depletion of forestal resource. This chapter aims to make an analysis of The Plans of Reasonable Forestal Control (PMFS) in the districts that belong to a region known as “Portal da Amazônia” in the north region in the state of Mato Grosso. For this analysis it has been held a survey of data based in a great bibliographic research. The data referring to PMFS were taken through the survey of data in the Environmental State Department in Mato Grosso, Brazilian Institute of Environment and of Natural Replaceable Resources, Man and Environment Institute of Amazon, Life Center Institute, Ministry of Environment among other department researched. After a data gathering the quantification, analysis and crossing data were held for interpretation of the collected information. As a result it has been verified that between the years 2001 and 2006 the district of Macelândia was the one that approved more PMFS among the researched districts. It has also been verified in north region of Mato Grosso, a tendency in growing liberation of PMFS that started in the year of 2004 and showing greater number in 2006. In spite of the growing liberation of PMFS in 2006, it has been verified that in the years of 2005 and 2006 there has been a falling in the liberated area to control and amount of wood authorized. As a conclusion it has been verified that to the researched districts the activities of forestal control are still insufficient to answer the demand of raw material, where the wood potential of these districts are not being efficiently explored through PMFS, which can favor the exploration of these wood potential through the illegal wood exploration.

Key words: Plans of Reasonable Forestal Control, wood potential, Mato Grosso.

1 – INTRODUÇÃO

A crescente necessidade humana pelos recursos provenientes da natureza fez no decorrer do tempo aumentar a preocupação com o uso não sustentável desses recursos. Eles começam a apresentar escassez quando não há planejamento para a sua utilização. Na atividade florestal não é diferente, onde a extração de madeira sem planejamento nas florestas nativas, além dos danos ecológicos é verificada com frequência a ocorrência de escassez de matéria prima após um determinado período de exploração.

Em uma situação atual que não condiz com desperdício de recursos extraídos da natureza o planejamento das atividades visando o uso sustentável é necessário para que as gerações futuras também possam usufruir desses recursos. O planejamento das atividades na extração de madeira através do manejo florestal favorece a diminuição dos impactos ambientais, onde a área de floresta é mantida após as atividades exploratórias não sendo convertida para outros usos. Em áreas de floresta onde a extração madeireira não é feita através de manejo florestal acabam abrindo portas para outros usos como para agricultura e para pecuária, que se inicia com a extração de madeiras mais valiosas e posteriormente a área é aberta a corte raso sem autorização dos órgãos ambientais e em seguida queimada para formação de pastagens favorecendo o avanço do desmatamento.

Os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) são uma alternativa para o uso racional dos recursos florestais, para promover o uso sustentável da floresta, para diminuição dos impactos ambientais em relação à exploração madeireira predatória e para fornecer matéria prima legalizada para as indústrias madeireiras.

Atualmente os Planos de Manejo Florestal Sustentável ainda não são significativos para abastecimento de matéria-prima para o mercado madeireiro. Para SEARS & PINEDO-VAZQUEZ (2005), a atividade de manejo florestal sustentável ainda não contribuem para sustentabilidade da exploração madeireira na Amazônia, onde o sistema exploratório predominante é realizado com pouca consideração pela produção madeireira em longo prazo, resultando através desta prática em florestas degradadas e com pouco potencial de regeneração. Nessa realidade é necessário inverter a ordem de grandeza entre a madeira ilegal e a madeira oriunda de manejo florestal (ÂNGELO et al., 2004). Exemplos para manejos florestais bem sucedidos existem e servem de estímulo para outras áreas onde serão implantadas os Planos de Manejo Florestal Sustentável. A empresa Mil Madeiras serve como um bom exemplo, aonde a prática do manejo florestal aliada à certificação florestal vem trazendo benefícios tanto economicamente gerando empregos e benefícios com o uso sustentável dos recursos da floresta (CLAY & AMARAL, 2002).

Além do manejo florestal com o objetivo da extração de madeira existem os que têm como objetivo de extrair recursos não madeireiros. Eles possuem, por exemplo, a finalidade de extração de óleo de copaíba, látex e castanha do Pará.

Este capítulo visa realizar uma análise dos Planos de Manejo Florestal Sustentável nos municípios pertencentes à região conhecida como “Portal da Amazônia” na região norte do estado de Mato Grosso.

2 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Planos de Manejo Florestal Sustentável são realizados na área denominada como Reserva Legal, que na região da Amazônia Legal corresponde a 80% de cada propriedade, conforme a Medida Provisória 2166-67 que alterou alguns dispositivos da Lei 4771 de 1965.

Atualmente os proprietários interessados em manejar suas florestas, no estado de Mato Grosso necessitam da Licença Ambiental Única (LAU), para poder serem quantificados a Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) dentro da propriedade. A partir daí é realizado por um engenheiro florestal o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), que é um documento técnico básico que contém as diretrizes e procedimentos para a administração da floresta, visando a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, conforme definição do Decreto Federal 5975 de 2006. Para este plano é feito, segundo SEMA (2007), na fase pré-exploratória o inventário florestal (diagnóstico da área total do PMFS) com a metodologia utilizada do inventário florestal e os resultados do inventário florestal, definição do ciclo de corte (mínimo 25 anos), definição do sistema de manejo florestal, definição da base de produção florestal, e cronograma de apresentação do Plano de Operação Anual (POA) e do Inventário Contínuo.

Na fase exploratória, para o planejamento da infra-estrutura é realizada a abertura de estradas, a abertura de ramais de arraste, a abertura de pátios de estocagem de toras (esplanadas), construção dos alojamentos e do setor administrativo e o mapa geral da infra-estrutura. Para o planejamento da exploração é realizada a definição do sistema de exploração, a metodologia da exploração florestal, a elaboração dos mapas de exploração, dimensionamento de pessoal e de equipamentos, sistema de prevenção e controle de acidentes de trabalho e a avaliação e proposta de minimização dos impactos ambientais. Também é necessária a apresentação do Plano de Operação Anual a cada ano.

Na fase pós-exploratória é realizada a definição do sistema silvicultural, do sistema de monitoramento da floresta e do sistema de proteção da floresta.

Antes da fase exploratória é feita a vistoria técnica em campo pelo órgão ambiental para verificar se os dados constados no Plano de Manejo florestal Sustentável estão coerentes com que é avaliado em campo. A partir dessa vistoria é elaborado um relatório técnico da vistoria, onde os dados verificados em campo são cruzados com os dados presentes no plano de manejo. Caso os itens citados acima estejam condizentes para o Plano de Manejo Florestal Sustentável ser liberado, o plano é aprovado e a fase exploratória é liberada.

Na fase exploratória é feito o corte das árvores que foram destinadas para abate. As árvores remanescentes e porta-sementes também são identificadas através de placas de identificação. Na derrubada dessas árvores de abate é realizado planejamento com a finalidade de causar o menor impacto possível durante a sua extração. Para isso é feito o direcionamento da queda com a finalidade de preservar as árvores remanescentes. Após o corte é feito o arraste das toras até o pátio de estocagem, separação de toras para serraria e para laminação, empilhamento, medição e romaneio e a marcação das toras.

Após a exploração é feita uma nova vistoria técnica em campo pelo órgão ambiental para constatar se o que foi planejado no Plano de Manejo Florestal Sustentável foi realmente

executado e assim elaborado um novo relatório técnico. O manejo florestal só poderá ser novamente realizado nessa área após o período mínimo de 25 anos.

Segundo AMARAL et al. (1998), o plano de manejo pode ser organizado em três etapas. Na primeira etapa, é realizado o zoneamento ou divisão da propriedade florestal em áreas exploráveis; Áreas de Preservação Permanente e áreas inacessíveis à exploração. A segunda etapa consiste no planejamento das estradas secundárias que conectam a área de exploração às estradas primárias. Na terceira etapa, divide-se a área alocada para exploração em blocos ou talhões de exploração anual.

Antes de 2005 as autorizações para Planos de Manejo Florestal Sustentável eram expedidas pelo IBAMA. A partir do ano de 2006 a gestão florestal do estado de Mato Grosso foi repassada para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, coincidindo com o período da Operação Curupira, que segundo MOURA (2006), foi a maior operação de investigação de crimes ambientais já deflagrada na região Amazônica e que fez parte do Plano de Controle do Desmatamento da Amazônia lançado em 2004 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Esta operação visava investigar irregularidades no IBAMA e nos órgãos estaduais em relação a expedição da extinta Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF) pelo IBAMA e os cadastros irregulares de empresas do ramo madeireiro entre outras investigações.

A importância de se manejar florestas com o objetivo da obtenção de matéria prima de forma sustentável e legalizada vem crescendo. Apesar desse crescimento em importância foi verificado nos municípios pesquisados, que de maneira contraditória apresentaram redução na área liberada para implantação de Planos de Manejo Florestal Sustentável no ano de 2006 nos municípios analisados em relação ao período de 2002 a 2004. Foi verificado que no período de 2001 a 2004 houve um crescimento no volume liberado para os PMFS. No ano de 2005 houve decréscimo no volume liberado e pequena recuperação em 2006. O ano de 2004 foi aquele que apresentou maior área liberada pelo órgão ambiental para implantação de Plano de Manejo Florestal Sustentável e maior volume de madeira proveniente de manejo florestal no período analisado.

O município que apresentou maior área liberada para as atividades de manejo e conseqüentemente mais volume de madeira durante o período de 2001 a 2006 foi o município de Marcelândia com 44.009,7 hectares de área liberada e 353.541,7 m³ de volume de madeira, se mostrando como uma região com grande importância no abastecimento de madeira para o mercado interno e externo e também para a economia do estado.

Os municípios de Nova Monte Verde (85.282,0 m³), Nova Bandeirantes (63.193,4 m³), Apiacás (42.947,5 m³), Guarantã do Norte (39.339,7 m³), Peixoto de Azevedo (24.698,8 m³) e Alta Floresta (23.534,6 m³) apresentaram grande volume de madeira retirada dos planos de manejo, porém as áreas liberadas para implantação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável foram inferiores ao do município de Marcelândia (Tabela 1).

Tabela 1 – Área total e volume de madeira liberados para manejo entre os anos de 2001 a 2006

Município	2001 (ha)	Volume (m³)	2002 (ha)	Volume (m³)	2003 (ha)	Volume (m³)	2004 (ha)	Volume (m³)	2005 (ha)	Volume (m³)	2006 (ha)	Volume (m³)	Total Área (ha)	Total Volume (m³)
Alta Floresta	-	-	-	-	-	-	1999,9	23534,6	-	-	-	-	1999,9	23534,6
Apiacás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1685,5	42947,5	1685,5	42947,5
Carlinda	-	-	-	-	-	-	-	-	478,9	13159,9	-	-	478,9	13159,9
Colíder	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guaraniã do Norte	-	-	500,0	13702,2	-	-	-	-	3499,2	25637,5	-	-	3999,2	39339,7
Marcelândia	-	-	19360,0	51698,2	20610,0	74570,2	18786,1	166359,9	2110,5	28097,5	1929,2	32815,9	62795,8	353541,7
Matupá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Bandeirantes	400,0	14982,3	-	-	-	-	-	-	400,0	11453,2	1199,6	36757,9	1999,6	63193,4
Nova Canaã do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Guarita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Monte Verde	1214,9	33569,8	-	-	-	-	204,0	5116,3	1214,9	33570,1	649,5	13025,8	3283,3	85282,0
Nova Santa Helena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Mundo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	430,2	6152,9	430,2	6152,9
Peixoto de Azevedo	1500,0	9414,9	-	-	-	-	1500,0	9414,9	-	-	907,5	5869,0	3907,5	24698,8
Terra Nova do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.114,9	57.967,0	19.860,0	65.400,4	20.610,0	74.570,2	22.490,0	204.425,7	7.703,5	111.918,2	6.801,5	137.569,0	80579,9	651.850,5

Fonte: Modificado de IBAMA, 2007; SEMA-MT, 2007.